



## Estratégias de leitura e interpretação de textos injuntivos no Ensino Médio Integrado da Educação Profissional Tecnológica

Strategies for Reading and Interpreting injunctive texts in Integrated High School of Technological Professional Education

Andreia A. V. B. Ferreira<sup>1</sup>, Rodrigo P. Pantoni<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Egressa do Programa de Mestrado ProfEPT do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus Sertãozinho

<sup>2</sup> Docente do Programa de Mestrado ProfEPT do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus Sertãozinho

### RESUMO

O objetivo desta pesquisa é propor aos estudantes do ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estratégias e direcionamentos para leitura e interpretação de textos injuntivos, embasando-se nos editais de processos seletivos para acesso tanto ao mundo do trabalho quanto ao ensino superior. Esta investigação emprega uma abordagem qualitativa, baseando-se em fontes bibliográficas como Marise Ramos e Demerval Saviani, proponentes da formação humana integral no ensino médio, além de autores da área de letramento, como Magda Soares e Antônio Suárez Abreu. Também recorre a fontes documentais, como a legislação, a Constituição Federal, o Estatuto da Juventude, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os editais das instituições de ensino. Para alcançar o proposto, foi realizada uma formação discente elaborada a partir de questionários diagnósticos, propondo uma estratégia e direcionamento de leitura dos editais de vestibulares das principais universidades e faculdades de São Paulo. Como resultado, os participantes relataram uma mudança de perspectiva sobre os editais, tendo acesso a oportunidades pela sua correta leitura e interpretação. Logo, alcançou-se o objetivo proposto e contribuiu-se para formação humana integral dos participantes.

**Palavras-chave:** leitura e interpretação; textos injuntivos; formação discente; formação humana integral; Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

### ABSTRACT

The objective of this research is to propose to integrated high school students of Professional and Technological Education (EPT) strategies and directions for reading and interpreting injunctive texts, basing itself on the selection processes for access to both the world of work, and higher education. This research employs a qualitative approach, drawing upon bibliographic sources such as Marise Ramos and Demerval Saviani, proponents of integral human formation in secondary education, in addition to scholars in the field of literacy, including Magda Soares and Antônio Suárez Abreu. It also utilizes documentary sources, such as legislation the Federal Constitution, the Youth Statute, the Law of Guidelines and Bases (LDB), and notices from educational institutions. To achieve this, student training was conducted utilizing diagnostic questionnaires, thereby establishing a strategic approach to interpreting entrance examinations from prominent São Paulo universities and colleges. As a result, participants reported a shift in perspective regarding official announcements, having access to opportunities by their correct reading and interpretation. Then, the proposed objective was reached and contributed to a human integral formation of the participants.

**Keywords:** reading and interpretation; injunctive texts; student training; integral human training; Professional and Technological Education (EPT).

## 1. Introdução

O presente estudo visa propor direcionamentos e estratégias para leitura e interpretação de textos injuntivos, também conhecidos como instrutivos<sup>1</sup>. Serão abordados editais para ingresso em cursos de ensino superior e de concursos públicos, com vistas a ressaltar a importância da linguagem não só no processo de ensino aprendizagem, mas no cotidiano. O intuito é contribuir para a formação integral humana dos estudantes de cursos do ensino médio integrado.

Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado que investigou a rotina da secretaria de uma instituição de ensino do interior paulista durante o período de seleção e matrícula para cursos de ensino médio integrado. Nesse contexto, constatou-se a dificuldade dos candidatos em seguir as orientações descritas nos editais e documentos de convocação, sobretudo em casos de apresentação parcial da documentação — como o envio apenas da frente do documento de identificação ou a ausência de documentos obrigatórios. Tal constatação foi reforçada pela aplicação de um questionário diagnóstico aos servidores responsáveis pelo atendimento direto aos estudantes, os quais relataram o mesmo problema.

Diante da situação apresentada, surgem certos questionamentos: instruir esses alunos a ler e interpretar textos injuntivos contribuirá com sua formação humana integral? Eles estão plenamente preparados para o ingresso no mundo do trabalho e dar continuidade aos estudos no ensino superior?

Pela inviabilidade de identificar se a dificuldade está na interpretação ou na leitura propriamente dita dos textos injuntivos, chegamos ao objetivo de analisar ambas, propondo estratégias e direcionamentos de leitura deste tipo de texto focadas em editais de processos seletivos. Para isso, aplicou-se um questionário diagnóstico (elaborado junto aos estudantes e servidores que prestam atendimentos e lecionam) ao público-alvo.

A fim de alcançar este objetivo, foi proposta uma formação discente, com duração de aproximadamente uma hora e meia, direcionada especificamente aos estudantes concluintes — alguns voltados para a continuidade dos estudos no ensino superior, enquanto outros buscavam oportunidades no mercado de trabalho. Essa formação foi aplicada em horário regular de aula, em disciplinas cedidas pela coordenação do curso, quando foi apresentada e trabalhada uma estratégia de leitura desses documentos, utilizando-se da aplicação de um questionário para buscar informações de interesse pessoal. Ainda, foi apresentado um resumo deste questionário com o preenchimento respondido pelos editais de processos seletivos da UNICAMP, USP, UNESP, FATEC e ENEM. Ao final, conversamos sobre editais de concursos públicos, apresentamos algumas situações para os participantes, além de discutir situações que podem ocorrer nas empresas privadas pela falta de leitura ou compreensão dos textos injuntivos em outros formatos — como os manuais de equipamentos ou na elaboração de manuais para os objetos produzidos.

Com base nas repostas do questionário aplicado ao final da formação, todos aprovaram a atividade; alguns conseguiram vincular está formação a certas disciplinas,

<sup>1</sup> Conforme a Matriz de letramento do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), a instrução (às vezes chamada de injunção) é o tipo de texto que fornece orientações sobre o que fazer. As instruções apresentam instruções para certos comportamentos para concluir uma tarefa. Regras, regulamentos e estatutos especificam os requisitos para certos comportamentos baseados em autoridade impessoal, como validade prática ou autoridade pública. Exemplos de objetos de texto na categoria instrução são: uma receita, uma série de diagramas mostrando um procedimento para dar primeiros socorros e diretrizes para operar software.

mas a maioria relatou uma mudança de perspectiva quanto à importância da leitura dos editais e textos injuntivos, bem como sobre os impactos dessa prática na vida pessoal e profissional.

## 2. Referencial Teórico

A pesquisa fundamenta-se nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da instituição analisada, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, na Matriz de Letramento em Leitura do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, 2018) e na legislação educacional pertinente. Posteriormente, buscou-se respaldo bibliográfico no documento base de Educação profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, que apresenta a legislação da articulação do ensino médio integrado — onde Marise Ramos, Maria Ciavatta e Demerval Saviani discutem a importância da formação humana integral dentro da EPT. Também foram analisados outros autores que falam sobre letramento, como Antônio Suárez Abreu no livro *Lições de Letramento* e Magda Soares no livro *Alfaletrar*, ambos evidenciando a importância desse estudo para a formação estudantil integral.

Nos PPCs analisados, não se verificou nenhuma indicação explícita acerca do trabalho com textos injuntivos. Quanto à Matriz de Letramento do PISA, observou-se que o foco não é embasar o sistema educacional, mas verificar os pré-requisitos para a participação dos estudantes nas atividades da vida adulta. Portanto, essa matriz prioriza “[...] habilidades que incluem encontrar, selecionar, interpretar e avaliar informações a partir de uma ampla série de textos, incluindo textos usados dentro e fora da sala de aula” (BRASIL, 2018), além de definir os textos injuntivos como textos que apresentam instruções de comportamentos para concluir uma tarefa e que fornecem orientações sobre o que e como fazer – sendo encontrados nas regras, regulamentos e estatutos que especificam os requisitos para certos comportamentos baseados em autoridade impessoal.

A BNCC (documento que define as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes) não apenas orienta a elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas, como também aponta que as escolas de Ensino Médio têm como responsabilidade formar cidadãos críticos e autônomos, aptos a tomar decisões, inclusive no que diz respeito à definição de seus projetos de vida e escolhas acadêmicas e profissionais.

A legislação também enfatiza a importância de textos injuntivos: O Art. 205 da Constituição Federal; o § 2º do Art. 1º; o *caput* do Art. 2º e 22; o inciso III do Art. 27; o inciso II do Art. 35; e o § único do Art. 36-A Lei n.º 9.394/1996 (LDB, Lei de Diretrizes e Bases), juntamente com o Art. 9º da Lei n.º 12.852/2013 (Estatuto da Juventude) ressaltam a relevância desses textos para o desenvolvimento pessoal, social e profissional, visto que são essenciais em diversas áreas técnicas para a realização de tarefas e o bom desempenho no mundo do trabalho.

No Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, elaborado pelo MEC em 2007, destaca-se que a formação deve priorizar um perfil politécnico, em vez de limitar-se a técnicos altamente especializados. A proposta é oferecer aos estudantes uma formação ampla, que os prepare não apenas para o exercício profissional, mas também para a vida em sociedade. Nesse sentido, o desenvolvimento das habilidades de leitura e interpretação textual torna-se essencial, ao possibilitar tanto a compreensão dos fundamentos das diferentes técnicas quanto a realização de trabalhos intelectuais mais complexos.

Comecemos pelo conceito de trabalho, entendido como a atividade pela qual o ser humano transforma a natureza para aprimorar suas condições de existência. Portanto, o trabalho constitui, em si, um princípio educativo. A partir dessa compreensão, chegamos ao conceito de Politecnia que integra aspectos manuais e intelectuais — já que toda atividade humana envolve, de forma indissociável, dimensões físicas e cognitivas. Como afirma Saviani (1989), em *Sobre a Concepção da Politecnia*:

[...] A ideia de politecnia [...] postula que o processo de trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é de que não existe trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana enquanto constituída pelo trabalho (Saviani, 1989, p. 15).

A Politecnia caracteriza-se pelo conhecimento de múltiplas técnicas científicas distintas. Trata-se de desenvolver o potencial humano para utilização no trabalho moderno.

Cabe ressaltar que a Educação Omnilateral não é unilateral, uma vez que não atende apenas um lado ou necessidade específica. Pelo contrário: essa formação deve preparar o indivíduo para atividades específicas, mas, sobretudo, deve voltar-se à construção de um cidadão crítico, indo além da lógica da divisão social do trabalho e das exigências imediatas do mercado.

Quanto à Formação Humana Integral, almeja-se que o indivíduo tenha acesso a uma formação completa, preparando-o para o convívio em sociedade. Visa-se a integração indissociável dessas formações, como diz Ciavatta no Documento Base:

[...] Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que nesse sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (Ciavatta, 2007, p. 41).

Isso posto, é evidente que a formação humana integral, a Politecnia e a Educação Omnilateral são essenciais na formação dos indivíduos de modo a possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da ação social. Mas como alcançar essa formação humana integral sem compreender textos instrutivos e normativos? Essa pergunta nos remete ao objetivo deste estudo. Tanto a leitura quanto a interpretação textual são dimensões indissociáveis da vida em sociedade. Assim, é impossível alcançar uma verdadeira Formação Humana Integral sem o domínio da compreensão leitora, da interpretação de textos e da capacidade de seguir orientações escritas, normas e regras estabelecidas — como, por exemplo, os dispositivos legais.

Partiu-se também para a busca dos autores da Linguística, especificamente do letramento, que abordam a capacidade de ler, interpretar e escrever textos, considerando que os docentes “[...] precisam ser capazes de fazer os alunos dominarem a língua portuguesa como ferramenta que lhes permita entender e interpretar textos de qualquer natureza, dentro da educação formal” (Abreu, 2021, p. 11). Em seu livro *Alfaletrar*, Magda Soares aponta que uma das conceituações do letramento é o conjunto de capacidades para usar a língua escrita nas diferentes práticas sociais, mas que o termo letramento vai muito além:

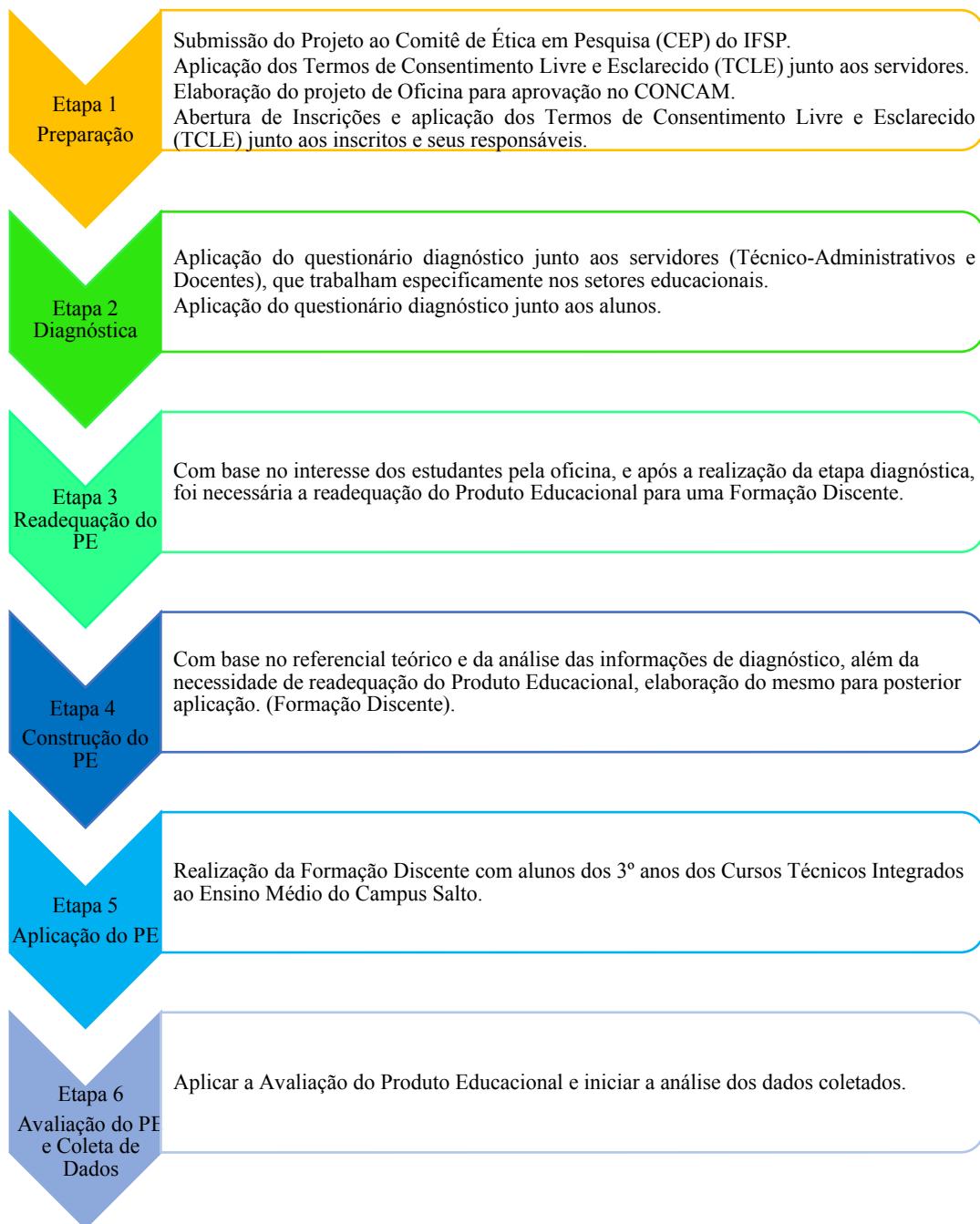
[...] Em primeiro lugar, porque são várias e heterogêneas as práticas sociais que envolvem a escrita em diferentes contextos – na família, no trabalho, na igreja, nas mídias impressas ou digitais, em grupos sociais com diferentes valores e comportamentos de interação [...] Em segundo lugar, letramento tem assumido também um sentido plural porque o conceito é ampliado para designar diferentes sistemas de representação, não só o sistema linguístico: letramento digital, letramento musical, letramento matemático (também chamado numeramento), letramento científico, letramento geográfico etc. (Soares, 2022, p. 32).

O presente estudo identificou a necessidade de conscientizar os estudantes do ensino médio sobre a importância da linguagem formal. Considerando que os textos injuntivos estão presentes em instrumentos normativos, legislações, manuais e em diversos outros contextos do cotidiano, o domínio da linguagem formal mostra-se essencial para a compreensão das práticas sociais e profissionais. Tal competência é relevante não apenas para os cidadãos enquanto usuários, mas também para os futuros profissionais que, em diferentes áreas — como legisladores, engenheiros ou desenvolvedores de sistemas —, necessitarão produzir ou interpretar normas, manuais e dispositivos legais.

### **3. Metodologia**

Neste momento, apresenta-se o delineamento do trajeto percorrido para se atingir os objetivos da pesquisa. Serão expostos o tipo de abordagem selecionado, o método de pesquisa empregado, os sujeitos participantes e os procedimentos de coleta de dados.

**Figura 1:** Etapas da metodologia.



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A pesquisa iniciou com a etapa da preparação, composta pela submissão do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa da instituição. Com a aprovação, houve o recolhimento dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos servidores participantes, seguido da elaboração, apreciação e aprovação do projeto da Oficina pelo

Conselho da unidade de ensino. O edital para inscrições foi publicado e recolhemos os termos dos estudantes e seus responsáveis.

Na etapa diagnóstica, houve a aplicação do questionário tanto aos servidores quanto aos alunos. Devido à ausência de inscrições estudantis suficientes, foi realizada uma readequação do Produto Educacional, optando pela realização de uma formação discente.

Posteriormente, na fase de Construção do Produto Educacional, o material para aplicação da formação discente foi elaborado, embasando-se no referencial teórico e no resultado da pesquisa da etapa diagnóstica.

Na etapa de aplicação do Produto Educacional, foi realizada a formação discente com os concluintes dos cursos técnicos integrados em Informática e em Automação Industrial.

Por fim, durante a última etapa avaliativa da formação, coletaram-se os dados para verificar o alcance do objetivo proposto.

Importa sublinhar que este estudo se fundamenta em uma abordagem qualitativa, onde o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador seu principal instrumento, conforme Lüdke e André (1986). De acordo com André, em todo processo existem vantagens e desvantagens:

[...] As vantagens do uso de dados qualitativos na pesquisa educacional são muitas. Entre outras, pode-se apontar que eles permitem apreender o caráter complexo e multidimensional dos fenômenos [...] Eles se prestam também [...] a capturar os diferentes significados das experiências vividas no ambiente escolar de modo a auxiliar a compreensão das relações entre os indivíduos, seu contexto e suas ações. Além disso os dados qualitativos podem contribuir para o estudo de construtos importantes como ‘criatividade’ e ‘pensamento crítico’ quer por serem de difícil quantificação, deixam muitas vezes, de ser mais extensamente investigados [...] Mas o problema mais sério no uso de dados qualitativos parece ser a quase completa inexistência de métodos apropriados de análise. (André, 1983, p. 66)

Para a coleta de dados, foram aplicados dois questionários: um direcionado aos servidores dos setores de atendimento aos alunos — bem como aos docentes dos cursos técnicos integrados — e outro direcionado aos próprios estudantes, cujos dados compuseram a formação. A utilização deste meio não somente facilitou a participação dos servidores e estudantes sem interferir em seus afazeres diários, como assegurou o anonimato, além de ser mais econômico e facilitar a compilação e comparação das respostas recebidas, propiciando uma interpretação mais uniforme.

Este meio de coleta de dados permite que o pesquisador se expresse por meio de questões específicas quanto aos objetivos de sua pesquisa, sendo possível fazer perguntas abertas, que oportunizam respostas mais detalhadas e fechadas, cujas respostas têm maior objetividade na tabulação dos dados.” [...] Nas questões abertas solicita-se aos respondentes para que ofereçam suas próprias respostas.[...] Nas questões fechadas, pede-se aos respondentes para que escolham uma alternativa dentre as apresentadas...são as mais comumente utilizadas,...porque conferem maior uniformidade às respostas e podem ser facilmente processadas.” (Gil, 2008, p. 122).

O estudo recorreu a análises bibliográficas e documentais, consultando autores da área e materiais como legislações e editais de órgãos e instituições. Essas análises foram empregadas como estratégia complementar, principalmente na primeira etapa, visando auxiliar na construção da formação discente.

Posteriormente, para a interpretação dos dados, consideraram-se a abordagem, a natureza e os objetivos da pesquisa, o que levou à adoção da análise de conteúdo como

técnica mais adequada. Essa escolha se justifica por se basear no exame da forma como o conteúdo foi produzido e na interpretação do significado, além de permitir uma avaliação sistemática dos dados, identificando e analisando os elementos presentes, sua significância e as interrelações entre eles.

Conforme Bardin (1977), a análise de conteúdo é definida da seguinte forma:

[...] A análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados com a objetividade nas análises, supera-se as incertezas e o enriquecimento das leituras (Bardin, 1977, p. 9).

A realização da formação discente buscou conscientizar os estudantes sobre a importância da leitura dos textos injuntivos, utilizando editais de processos seletivos de vestibulares e concursos públicos como material de estudo. A estratégia de leitura parte do conhecimento prévio e da linguagem dos estudantes, incentivando-os a se engajar a partir de seus interesses pessoais. Dessa forma, a atividade contribui para a formação humana integral e para a inserção dos alunos na sociedade e no mundo do trabalho.

O início da formação se deu com a apresentação do objetivo, explicando por que os professores recorrem à analogia da “famosa receita de bolo” para ensinar textos injuntivos. Essa abordagem ilustra a necessidade de seguir um passo a passo para alcançar o objetivo final, já que a omissão de alguma etapa compromete o resultado, tal como ocorre em uma receita. Em seguida, buscou-se correlacionar os conceitos com situações do cotidiano laboral, questionando, por exemplo, qual funcionário teria mais chances de promoção: aquele que lê e segue as instruções ou aquele que espera apenas que o chefe as transmita verbalmente? Na área de informática, levantou-se ainda a seguinte questão: um programador conseguiria desenvolver um sistema, como um sistema de controle de ponto, sem conhecer as normativas que o regulam?

Foi de suma importância demonstrar que os textos injuntivos estão mais presentes no cotidiano do que se imagina, aparecendo em formatos diversos, como leis, manuais de instruções, normativas, editais, receitas e bulas de remédio.

Em seguida, foi apresentado o material utilizado na realização da formação, destacando as dificuldades de leitura e interpretação de editais, frequentemente observadas e relatadas pelos candidatos. Tais dificuldades podem gerar prejuízos, como perda de prazos, e a não percepção de benefícios, como redução ou isenção de taxas de inscrição e enquadramento em vagas reservadas.

No caso das vagas reservadas, apesar da legislação prever que a autodeclaração seria suficiente para concorrer a vagas destinadas a etnias específicas, foi necessário criar bancas de verificação. Isso se deu porque algumas pessoas se valeram da autodeclaração indevidamente, ocupando vagas para as quais não tinham direito.

A leitura completa do edital é, portanto, essencial. Contudo, alguns pontos-chave permitem ao candidato avaliar se o processo é de seu interesse. Para destacar esses pontos, foi apresentada uma estratégia de leitura baseada em um questionário, que orienta o candidato a seguir uma sequência de questões enquanto analisa o documento, verificando sua relevância. A seguir, apresentam-se as questões utilizadas nesta pesquisa:

Tem o curso que desejo? No turno que quero e no campus que pretendo estudar?  
No edital tem cronograma? Caso não tenha, quais datas são importantes saber?

Período de Inscrições;

Data da publicação do local de prova;

Data da prova;

Data do Resultado;  
Prazo de Recurso;  
Data do Resultado Final;  
Período de Matrícula  
Quais os pré-requisitos para inscrição e preenchimento da vaga?  
Qual o contato para tirar dúvidas?  
Posso pedir atendimento especializado para a prova?  
Estou em alguma situação especial que me dá direito a vagas reservadas? O que preciso fazer? Quais documentos preciso apresentar? Em que momento?  
Tenho direito a pedir isenção de inscrição? Verificar as exigências (observar que aqui pode ser pedido o cadastro no CAD único, ou a comprovação de renda – importante deixar claro que renda não é a situação econômica da família, que não será analisado os gastos, apenas os rendimentos).  
Quais os procedimentos para inscrição?  
Qual a cidade de realização das provas?  
Qual matéria será cobrada na prova?

Além disso, algumas orientações práticas foram apresentadas aos estudantes:

- Verifique no edital a lista de documentos exigidos na matrícula;
- Prepare a documentação para uma possível convocação;
- Para candidatos com 18 anos ou mais, do sexo masculino, observe que a instituição pública exige a quitação eleitoral e alistamento militar;
- Confira se o RG possui validade de 10 anos e, se necessário, providenciar outro;
- Garanta o histórico ou atestado de conclusão do ensino médio, verificando se a instituição aceita o atestado ou exige o histórico completo;
- Apresente comprovante de endereço recente (datando, no máximo, 2 meses) em nome próprio ou, caso seja de terceiros, acompanhado de contrato de aluguel ou declaração do proprietário.
- Recomenda-se digitalizar todos os documentos em arquivos PDF legíveis.

Em sequência, foi apresentado o quadro resumo do questionário aplicado aos editais analisados, sempre os relacionando com o cotidiano dos estudantes. Também foi explicada a diferença entre a estratégia para leitura de um edital acadêmico e a de um edital de concurso, destacando como a formulação de cada um impacta a decisão do candidato. Por fim, foi apresentado o resumo de um edital de concurso, juntamente com sites e locais onde os estudantes podem obter informações sobre.

A formação foi avaliada mediante um questionário, que poderia, alternativamente, ser substituído por uma roda de conversa, dependendo do contexto.

## 4. Resultados

O resultado foi apresentado em duas etapas: a diagnóstica e a avaliativa. A primeira etapa conta com as respostas dos questionários aplicados aos servidores e alunos.

As respostas dos servidores foram separadas em dois segmentos: docentes e técnico-administrativos (servidores que trabalham nos setores de atendimento ao aluno), pois o tipo de atendimento prestado ao estudante é diferente, assim como as exigências e posicionamentos dessas funções – mas ambos buscam o melhor para os alunos e para a instituição na totalidade.

Participaram da pesquisa 18 servidores, dos quais 11 são técnico-administrativos (representando 44% do segmento, considerando os 25 atuantes nos setores educacionais) e 7 são docentes (21,2% do segmento, considerando os 33 professores que trabalham diretamente com o público da pesquisa).

Quanto à leitura dos editais, ofícios e documentos normativos, 2 professores relataram dificuldades devido à complexidade da redação, 1 afirmou que depende da situação e os 4 demais indicaram não ter dificuldades, embora alguns complementem que a prática adquirida na instituição e em concursos anteriores contribuiu para superar esses desafios. Entre os técnico-administrativos, apenas 2 apontaram dificuldades, destacando a extensão e estilo dos documentos; os outros 9 afirmaram ter facilidade com os textos, embora um deles também saliente que os considera muito extenso. Esses dados indicam que, mesmo entre servidores habituados a esses documentos, a prática desempenha papel importante na superação das dificuldades de leitura.

Sobre a dependência do setor em relação a documentos escritos, 3 docentes afirmaram que utilizam tais normativas, seja para registrar comunicações no sistema ou acessar a Organização Didática disponibilizada online; os demais docentes relataram não recorrer a esses documentos para comunicação com os estudantes. Por outro lado, todos os técnico-administrativos informaram que suas atividades dependem de orientações escritas, evidenciando a diferença entre a rotina docente e administrativa: na primeira, utilizam os documentos principalmente para apoiar o ensino, enquanto na segunda, fundamentam todas suas ações neles, o que torna mais explícito o impacto da falta de leitura ou compreensão.

Ao observar os atendimentos aos estudantes, apenas 4 servidores identificaram que os alunos seguem as orientações publicadas ou enviadas previamente — 2 docentes, 1 técnico-administrativo da biblioteca e 1 técnico-administrativo da equipe sociopedagógica. Os demais 13 participantes relataram que os estudantes não seguem essas orientações.

Quando questionados sobre a utilidade de uma oficina de leitura e interpretação de editais e documentos de processos seletivos para os estudantes, 12 servidores consideraram que seria útil. Três responderam negativamente — 1 docente e 2 técnico-administrativos (biblioteca e extensão); um técnico-administrativo destacou que o problema não é a interpretação, mas a falta de leitura, sugerindo que o sistema exija que os documentos sejam lidos.

**Quadro 1:** Conteúdo para trabalhar na formação

13. O que você sugere que seja essencial ser trabalhado na oficina? (Trabalhado em termos de conteúdo, atividades, motivação do aluno)
No acolhimento já são dadas todas as informações.
A diferença entre linguagem coloquial e linguagem formal (não entendem porquê se acostumaram com textos muito simples e diretos).
Sugiro atividades que abordem: Editais de Bolsas de Estudos e Editais para experiências de estudo no exterior. Creio que iriam motivar os alunos.
Apresentar aos alunos as seções mais comuns presentes dos editais da instituição, de acordo com o setor de origem do documento: Sociopedagógico, Extensão, Pesquisa etc. Talvez, criar um mapa mental a partir de um edital seja uma boa atividade. Criação de vídeos curtos (<1 minuto) sobre o tema também deve ajudar.
Entendo que não há uma deficiência específica de alunos, mas do público geral, inclusive o interno, relativo aos servidores, pois as pessoas se sentem entediadas em ler um documento mais longo. Uso como exemplo, no caso docente, a dificuldade que docentes, com especialização, mestrado ou doutorado, encontram em compreender o processo de preenchimento de documentos dos horários docentes, embora as normativas que os regem estejam consolidadas, de forma geral há oito anos, e com a última adequação há dois anos. Outro exemplo é a própria

Organização Didática de cursos técnicos, que exigiu anos para que se compreendesse como seria efetivamente um Conselho Deliberativo de Classe ao final do período e, mesmo com a compreensão de hoje, ainda nos deparamos com situações previstas na Organização Didática que simplesmente “não cabem no sistema acadêmico”. Ou seja: o maior desestímulo à compreensão de textos normativos por parte dos servidores emana tanto da redação como também da forma como as instâncias superiores implementam esse conjunto normativo, num sistema contrário ou até mesmo em contradição com a norma.

Além disso, encontramos a deficiência de qualidade de diversos documentos normativos e editais emitidos pela instituição, que são confusos ou que normatizam em duplicidade o que já estava normatizado. Há uma espécie de ansiedade por normatizar tudo e em detalhe, o que se sabe ser uma má prática normativa, mas a maioria das pessoas em cargos de hierarquia, que redigem normas e editais, muitas vezes não teve uma formação básica em Administração Pública, que dirá, em Redação Normativa ou Legislativa. Já vi aberrações como autoridade superior tentar revogar ato administrativo em “considerandos” de nova portaria, tentar normatizar o que não está em sua competência, tentar enunciar norma que não continha nem obrigação, nem proibição. Já vi editais publicados que continham partes com datas e informações que pertenciam a períodos passados, ou seja, nulos já na sua publicação. Diante dessa falta de cuidado, não me surpreende que as pessoas em geral, os alunos e os candidatos em particular, não se interessem em ler com cuidado editais e normativas, porque eles já são escritos sem a devida atenção.

É certo que uma oficina dirigida aos estudantes pode incrementar a qualidade do atendimento daquilo que se tem, mas entendo ser necessário modificar a qualidade técnica de quem redige esse tipo de documento.

Linguagem mais próxima do cotidiano do aluno, sendo mais objetiva e tratando dificuldades sistêmicas em conjunto.

Autonomia na vida estudantil.

Não sei.

Incentivo à leitura e interpretação de texto.

Emprego da norma culta x norma coloquial, estrutura do documento, principais pontos de atenção, exemplos do dia a dia (editais de concurso, ingresso a vaga de emprego, etc.).

Ensinar aos alunos/professores os recursos do sistema acadêmico e o conteúdo do site da instituição.

Evidenciar a cultura de hábito de ler documentos, e que estritamente o processo funciona em cima do documento, então para quaisquer questionamentos realizados, é necessário ter esta leitura.

Atividades de interpretação de texto, visto que eles encontram as publicações, mas talvez a densidade dos textos e complexidade da linguagem os faça recorrer aos atendimentos nos setores.

Abordar assuntos com “estudos de caso”, ou seja, documentos, ofícios, etc. que estão em nosso site.

O problema não está no entendimento do que está escrito, mas sim, o problema está em nem ler. Basta uma alteração no sistema, obrigando a leitura, assim como já é feito em outras organizações, notadamente em organizações financeiras.

A importância da sequência, e a realização de todas as ações para o resultado esperado.

Fonte: *Google Forms* do questionário elaborado pela pesquisadora (2023).

O que precisa ser trabalhado junto aos estudantes (Quadro 1) foi indicado amplamente pelos servidores: a diferenciação entre linguagem coloquial e formal, atividades de interpretação de texto, leitura de documentos como editais de bolsas de estudos e identificação de pontos importantes nos editais.

As três questões seguintes foram direcionadas aos docentes, mas alguns técnico-administrativos que exercem à docência em outra instituição de ensino também responderam.

A primeira pergunta indaga, se em sala de aula, era possível verificar dificuldade dos alunos na leitura e interpretação de textos, onde apenas 1 respondeu que não identifica dificuldade de leitura e interpretação dos alunos em sala de aula, enquanto os outros 9 afirmaram que sim.

A segunda pergunta investiga se os textos objetos deste estudo eram trabalhados em sala de aula. Verificou-se que tanto os professores das áreas técnicas quanto de exatas não incluem esse tipo de texto em suas práticas, enquanto alguns professores da educação básica utilizam os textos injuntivos por meio da legislação; uma professora compartilha como, na instituição onde atuava, os professores de língua portuguesa costumavam trabalhar os textos injuntivos por meio das “receitas de bolo”, por ser mais agradável ao estudante. No entanto, ela optou por explorar estes textos mediante manuais de instrução.

Na terceira pergunta, sobre a relevância de uma oficina de leitura e interpretação de editais e documentos de processos seletivos para melhorar o desempenho dos alunos em sala de aula, todos afirmaram que isso ampliaria o aproveitamento dos alunos em classe.

Passamos à apresentação do resultado das principais questões realizadas para os estudantes. Lembrando que somente os alunos dos 3º anos dos cursos técnicos integrados em informática e automação industrial participaram da pesquisa — totalizando 29 alunos.

Quando questionados sobre quem realizou o processo de inscrição e matrícula na instituição de ensino, apenas 1 estudante respondeu que o procedimento foi realizado por terceiros (3,5% dos participantes); 5 informaram que os responsáveis (pai e/ou mãe) o realizaram (17,2%); e os demais afirmaram ter feito o processo por conta própria (79,3%). Cabe ressaltar que o objetivo desta questão foi identificar quem realizou a primeira leitura do edital de inscrições, bem como das orientações referentes à convocação para matrícula.

Sobre as dificuldades encontradas durante o processo de inscrição e matrícula, 2 estudantes afirmaram ter enfrentado problemas de acesso ao sistema (6,9% dos participantes); 4 relataram dificuldades no envio da documentação (13,8%); 5 apontaram falta de orientação (17,2%); e 18 declararam não ter enfrentado nenhuma dificuldade (62,1%). Observa-se que os problemas mencionados correspondem aos mesmos relatados pelos candidatos durante os períodos de matrícula. Entretanto, todos esses aspectos — dificuldades de sistema, falta de orientação e envio da documentação — são abordados em orientações escritas que incluem, inclusive, links para vídeos explicativos detalhando cada etapa do processo.

Essas respostas reforçam a percepção, já destacada por um dos servidores no questionário diagnóstico, de que o principal problema não está na compreensão, mas na ausência de leitura dos documentos. Além disso, pode-se inferir certa falta de paciência para assistir aos vídeos explicativos. Surge, então, uma questão: como “obrigar” a leitura? Nos processos de inscrição e matrícula, há uma cláusula — presente na maioria dos editais — na qual o candidato declara ter lido e concordado com todo o conteúdo do documento. No entanto, na prática, muitos apenas aceitam o termo sem efetivamente ler o edital. Conclui-se que a imposição da leitura talvez não seja a melhor estratégia. O mais adequado seria inseri-la no cotidiano dos estudantes, promovendo a prática e a familiaridade com esse tipo de texto, de modo que a compreensão se torne natural, como ocorreu com os servidores que superaram suas dificuldades pela habitualidade da leitura exigida no trabalho.

Quando questionados sobre eventuais dificuldades na leitura de editais de outras instituições de ensino, 9 estudantes responderam não ter enfrentado problemas, enquanto 4 relataram desafios como considerar a leitura maçante e de difícil compreensão. Também mencionaram o excesso de informações, a falta de clareza sobre os documentos a serem apresentados no dia da prova, alterações nas datas dos exames

por meio de avisos, além de conteúdos programáticos extensos e exigências mínimas pouco detalhadas.

De modo geral, as dificuldades apontadas coincidem com as críticas recorrentes a esse tipo de texto: extensão excessiva, repetições, linguagem formal considerada complexa e menor familiaridade dos estudantes com esse registro, uma vez que estão mais habituados à linguagem coloquial.

Quando questionados sobre as expectativas para realização da oficina, apenas 7 alunos esperavam obter dicas sobre como participar de processos seletivos e estratégias/habilidades de leitura e interpretação de textos. Alguns, porém, foram mais específicos ao afirmarem que tinham expectativas de estudar a leitura de editais de vestibulares e concursos.

O final da etapa diagnóstica, conforme os relatos obtidos junto aos servidores — que afirmaram ter se adaptado a leitura de editais em razão das atividades realizadas na instituição de ensino —, confirma que é comum a dificuldade de interpretação dos textos injuntivos, especialmente dos editais. Observa-se que apenas com a habitualidade nessa leitura é possível desenvolver experiência com a linguagem e tornar a interpretação mais fluida. A maioria dos servidores relatou que, nos atendimentos realizados, é frequente os alunos comparecerem sem sanar previamente suas dúvidas em documentos já publicados no site institucional (como, por exemplo, o calendário acadêmico). Todos concordaram quanto à necessidade de se trabalhar esse tipo de texto junto aos estudantes, por entenderem que tal prática auxiliaria no desenvolvimento de outra habilidade apontada como deficitária: a leitura e interpretação. Por fim, indicaram que essa competência deve ser trabalhada desde a formação discente.

Ao analisarmos as respostas dos estudantes, identificamos algumas divergências em relação às respostas dos servidores. Os alunos, em geral, afirmam não ter dificuldades de leitura e interpretação e dizem consultar os documentos antes de procurar atendimento presencial. O único ponto convergente entre os grupos foi o reconhecimento da importância da oficina ou formação. Para os servidores, a oficina é relevante para leitura e interpretação de editais; já os estudantes não apontaram aspectos específicos a serem abordados. Logo, ambos os grupos reconhecem a importância da capacitação discente voltada à leitura e interpretação dos textos injuntivos, em especial dos editais.

Concluída a formação, foi realizada sua avaliação, cujo resultado revelou surpresa por parte dos estudantes. Essa constatação foi possível ao compararmos o questionário diagnóstico dos alunos com o avaliativo: no primeiro, os alunos demonstraram poucas expectativas para a formação; já no segundo (Quadro 2), expressaram satisfação, sem apresentar reclamações ou sugestões. A maioria — 92,9% (26 alunos) — afirmou que a formação mudou sua percepção sobre editais e as oportunidades decorrentes de sua correta leitura e interpretação.

**Quadro 2:** Considerações sobre a formação

8. Faça suas considerações (elogios, reclamações ou sugestões):
Foi uma palestra ótima, com explicações esclarecedoras e foi importante para prestar mais atenção em editais. Muito obrigada e bom mestrado! ☺
Achei importante e necessária a abordagem do tema, visto que é algo que permeia nossa vida de estudante e futuros profissionais.
A palestra foi ótima e o conteúdo muito importante. ♥
Muito boa a palestra!

Muito útil, gostei!
Achei interessante e essencial, muito bom!
A oficina conseguiu abrir meus olhos com relação à importância da leitura de editais, principalmente para evitar dores de cabeça repentinos. Foi muito enriquecedor. Conseguí manter a atenção na palestra, foi leve, além disso a palestrante mostrou muito conhecimento sobre o assunto e teve paciência com as dúvidas propostas, muito atenciosa e cativante!
A partir da importância dos editais, a palestra foi de extrema importância, não apenas para os editais de vestibulares, edital de concurso e entre outros editais. Sinceramente, achei muito bom. Devido à palestra, consegui expandir os horizontes dos meus pensamentos sobre o futuro profissional, além do futuro acadêmico, os quais aproximam cada dia mais.
Legal.
Gostei muito da palestra e do material passado, mudou muito meu conhecimento sobre os editais e vestibulares.
Foi interessante e teve informações úteis.
Supimpa.
Os temas sobre as faculdades foram bons.
Gostei. Achei bem completo e muito bem explicado.
A oficina facilitou muito o acesso a diversas informações sobre os vestibulares, dando acesso aos links e tirando dúvidas.
Sobre os temas abordados, fui surpreendido! Principalmente em relação à documentos, exigências dos mesmos, prevenção de datas e interpretação. GOSTEI MUITO!
Excelente compreensão e explicação sobre o tema. Abordagem ampla sobre os editais e seus requisitos. Não tenho reclamações da palestra, apenas elogios.
Achei interessante a iniciativa deste tipo de evento, pois, no geral, ele reforça o dever e a atenção no ato da leitura dos diversos tipos de editais.
Bem interessante.
Gostei muito da iniciativa de ajudar os alunos. A palestra foi muito boa. Achei bem interessante. Parabéns.
A didática foi muito boa, ajudou muito a abrir a visão sobre editais e as oportunidades geradas por sua correta leitura e interpretação.
Muito Boa!
A palestra foi interessante e informativa, ajudando em uma melhor compreensão dos editais e repleto de dicas valiosas para os estudantes.
Em minha opinião, a elaboração da palestra foi uma iniciativa bem interessante e importante. Pude compreender mais sobre os editais, de tal forma, que sem ela poderia facilmente acabar perdendo datas decisivas para o ingresso nas universidades.

Fonte: *Google Forms* de questionário elaborado pela pesquisadora (2023).

Nesta etapa, evidencia-se a importância da atenção e compreensão individual, pois 39,3% dos alunos — ou seja, 11 alunos — conseguiram estabelecer uma relação entre a formação e as atividades realizadas em sala de aula. Esses estudantes identificaram algumas disciplinas que já haviam abordado parcialmente o conteúdo nas aulas regulares, além de reconhecerem áreas nas quais a formação contribuiu para melhorar a compreensão. Por outro lado, outros alunos não conseguiram fazer essa relação, o que demonstra que, embora o conteúdo seja uniforme, cada indivíduo possui seu próprio ritmo e forma de aprendizagem.

Esse dado reforça a relevância da oferta de formações contínuas, de modo que a habitualidade na leitura desse tipo de texto favoreça a assimilação e desenvolvimento da compreensão, tornando a leitura mais fluida e natural.

## 5. Considerações Finais

A conclusão do presente estudo evidencia que seus objetivos foram plenamente alcançados, comprovando a existência de dificuldades de leitura e interpretação de editais e documentos normativos, bem como a efetividade da oficina discente na redução dessas dificuldades. Verificou-se que a formação contribuiu significativamente para o desenvolvimento da competência leitora e interpretativa, além de atuar positivamente na formação integral dos estudantes.

Os resultados obtidos suscitam uma reflexão sobre a organização curricular das disciplinas no ensino médio integrado e sobre como ocorrem as articulações entre elas. Identificou-se que alguns docentes ainda ministram suas aulas isoladamente, sob o argumento de se tratarem de disciplinas técnicas. Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecer práticas interdisciplinares que promovam a integração entre áreas do conhecimento e o diálogo entre teoria e prática. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998 dispõem que:

[...] As áreas de conhecimento constituem importantes marcos estruturados de leitura e interpretação da realidade, essenciais para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de uma forma autônoma. Ou seja, as diferentes áreas, os conteúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões sociais constituem uma representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura de nosso tempo, cuja aquisição contribui para o desenvolvimento das capacidades expressas nos objetivos gerais (BRASIL, 1998, p. 58).

O mesmo documento reconhece a variedade linguística, regional, cultural e social, atribuindo à escola a responsabilidade de preparar o estudante para evitar práticas discriminatórias e para que este possa combater o preconceito decorrente das diferenças linguísticas, preparando-se, assim, para o exercício da cidadania. Para isso, considera que o aluno deve saber:

- ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais;
- expressar-se apropriadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua (BRASIL, 1998, p. 59).

De modo convergente, Bortoni-Ricardo (2004) trata a questão da variação linguística de forma semelhante ao PCN de 1998, ao afirmar que:

[...] a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores, e por meio deles, os alunos, têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando-lhe a credibilidade e o poder de persuasão; outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades (Bortoni-Ricardo, 2004, p.15).

A autora também acrescenta que:

[...] cabe à escola levar os alunos a se apoderarem também das regras linguísticas que gozam de prestígio, a enriquecerem o seu repertório linguístico, de modo a permitir a eles o acesso pleno à maior gama possível de recursos para que possam adquirir uma competência comunicativa cada vez mais ampla e diversificada – sem que nada disso implique a desvalorização de sua própria variedade linguística, adquirida nas relações sociais dentro de sua comunidade (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 9).

Em complemento, o PCN (2000) ressalta a importância da língua como elemento estruturante das relações humanas e da construção do conhecimento, afirmando que ela não pode ser dissociada do contexto social, nem mesmo em ambiente escolar:

[...] Base de todos os saberes e dos pensamentos pessoais, seu estudo impõe um tratamento transdisciplinar no currículo.

Quando de suas escolhas curriculares, a disciplina Língua Portuguesa deve ser articulada com os pressupostos da área. Diferentemente de outras legislações, que estipulavam carga horária específica para a disciplina, o Parecer CNE e a LDB preconizam sua permanência de acordo não só com a proposta pedagógica da escola, mas também em razão das competências a serem objetivadas na área, isto é, a escola, deve decidir a carga horária da disciplina com base nos objetivos da escola e da aprendizagem com tratamento interdisciplinar.

Os objetivos da Educação Básica, no Art. 22 da LDB, já apontam a finalidade da disciplina, ou seja, “desenvolver o educando, assegurar-lhe formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos superiores.” De que forma o ensino da disciplina pode visar a esse desenvolvimento? Essa é a primeira decisão a ser tomada na sua inclusão curricular. [...]

[...] No Art. 27, quando a Lei fala sobre diretrizes dos conteúdos curriculares, a questão da cidadania e do trabalho serve de exemplo do uso social da língua, vista como conhecimento de mundo em interação, em que a linguagem representa fonte da ética e estética em ação (BRASIL, 2000, p. 17).

Dessa forma, torna-se essencial que o trabalho de formação discente tenha como ponto de partida o conhecimento prévio do estudante e a linguagem usual de seu grupo, valorizando a variedade linguística, mas destacando a importância de dominar a norma culta.

O estudo comprova, ainda, que a preparação do estudante para a vida em sociedade precisa ocorrer no horário das aulas regulares. Por isso, as atividades de capacitação e formação devem ser incorporadas à organização curricular dos cursos, uma vez que os alunos raramente participam de atividades extracurriculares. Essas atividades podem ser desenvolvidas de forma articulada às disciplinas ou por meio de formações específicas, como oficinas e minicursos.

Os editais internos — de assistência estudantil, de extensão e de ingresso — constituem excelente material pedagógico, ao permitirem que os alunos se familiarizem com esse gênero textual ao longo do curso. Assim, ao final do percurso formativo, estarão mais aptos a compreender, interpretar e utilizar adequadamente tais documentos.

É importante ressaltar que a realização dessas atividades apenas no último ano restringe a avaliação dos resultados a percepções imediatas, limitando o acompanhamento do progresso real dos participantes. Portanto, recomenda-se que esse

trabalho seja iniciado já no primeiro ano, desde o ingresso do estudante na instituição, a fim de promover a habitualidade na leitura e interpretação de textos injuntivos.

Então, somente por meio da continuidade dessas formações será possível perceber, de maneira concreta, o impacto das ações na rotina institucional e no atendimento aos estudantes — aspecto que motivou a realização deste estudo.

## Referências

- ABREU, A. S. *Lições de Letramento*. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Giostri Editora, 2021.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos*. Cad. Pesq., São Paulo (45): 66-71, maio 1983. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1491/1485>. Acesso em: 03 abr. 2022.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORTONI-RICARDO, S.M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 07 jul. 2022.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 07 jul. 2022.
- BRASIL. Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*. Brasília, 06 ago. 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 07 jul. 2022
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio/linguagens-e-suas-tecnologias-no-ensino-medio-competencias-especificas-e-habilidades>. Acesso em: 08 jul. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental*. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio*. 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf). Acesso em: 05 abr. 2023.
- BRASIL. PISA, 2018. *Relatório Nacional*. Brasília, DF: INEP/MEC. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/marcos\\_referenciais/2018/pisa2018-matriz\\_referencia\\_leitura\\_traduzida.pdf](https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf). Acesso em: 08 jul. 2022.
- CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, v. 23, n1, p. 187-205, jan./abr. 2014. Disponível em: [orumeja.org.br/go/sites/forumaja.org.br.go/files/Ciavatta\\_ensino\\_integrado\\_politecnica\\_educacao\\_omnilateral.pdf](http://orumeja.org.br/go/sites/forumaja.org.br.go/files/Ciavatta_ensino_integrado_politecnica_educacao_omnilateral.pdf)
- DOCUMENTO BASE, MEC, *Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Brasília, 2007.
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IFSP – CAMPUS SALTO. *Projeto Pedagógico de Curso (PPC), do Curso Técnico em Automação Industrial Integrado ao Ensino Médio*. Salto, SP. 2015. Disponível em: [https://slt.ifsp.edu.br/images/pdf/slt\\_ppc\\_tecnico\\_em\\_automacao\\_industrial\\_integrado\\_ao\\_em.pdf](https://slt.ifsp.edu.br/images/pdf/slt_ppc_tecnico_em_automacao_industrial_integrado_ao_em.pdf). Acesso em: 17 abr. 2022.
- IFSP – CAMPUS SALTO. *Projeto Pedagógico de Curso (PPC), do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio*. Salto, SP. 2015. Disponível em: [https://slt.ifsp.edu.br/images/pdf/slt\\_ppc\\_tecnico\\_em\\_informatica\\_integrado\\_ao\\_em.pdf](https://slt.ifsp.edu.br/images/pdf/slt_ppc_tecnico_em_informatica_integrado_ao_em.pdf). Acesso em: 17 abr. 2022.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U. (Editora Pedagógica e Universitária Ltda.), 1986.
- SAVIANI, D. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.
- SOARES, M. *Alfabetrar: Toda criança pode aprender a ler e escrever*. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Contexto, 2022.